



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA**

Processo n° 11075.000826/2002-91
Recurso n° 137.645 Voluntário
Matéria TRÂNSITO ADUANEIRO
Acórdão n° 303-35.682
Sessão de 14 de outubro de 2008
Recorrente TRANSPORTES G.T.I. LTDA.
Recorrida DRJ-FLORIANOPOLIS/SC

ASSUNTO: REGIMES ADUANEIROS

Data do fato gerador: 21/02/2002

TRÂNSITO ADUANEIRO. ROUBO DE CARGA. CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.


Constitui motivo de força maior, excludente da responsabilidade da empresa transportadora, o roubo de carga sob sua guarda. Precedente da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça. É bastante para comprovar o roubo o registro da ocorrência policial não refutada por denúncia de comunicação falsa de crime nem desqualificada por culpa da vítima.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da terceira câmara do terceiro conselho de contribuintes, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso voluntário, nos termos do voto da relatora.


ANELISE DAUDT PRIETO - Presidente


VANESSA ALBUQUERQUE VALENTE - Relatora

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Nilton Luiz Bartoli, Luis Marcelo Guerra de Castro, Nanci Gama, Heroldes Bahr Neto, Celso Lopes Pereira Neto e Tarásio Campelo Borges.

Relatório

Por bem descrever os fatos, adoto o relatório da decisão recorrida, que passo a transcrever:

“Trata o presente processo do auto de infração de fls. 01 a 06, por meio do qual é feita a exigência de R\$ 25.556,95 (vinte e cinco mil quinhentos e cinqüenta e seis reais e noventa e cinco centavos) de Imposto de Importação (II) e R\$19.167,71 (dezenove mil cento e sessenta e sete reais e setenta e um centavos) de multa de lançamento de ofício do II, no percentual de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto devido, nos termos do art. 44, I da Lei nº. 9.430 de 27/12/1996 – DOU 30/12/1996.

Conforme consta na Descrição dos Fatos e Enquadramento Legal de fls. 02 a 04 o motivo das exigências deveu-se ao fato de a autuada não haver concluído, devido ao suposto roubo, a operação de trânsito aduaneiro iniciada em 21/02/2002 na EADI/DRF/Uruguaiana/RS, a ser concluída em 25/02/2002 às 17h00min na EADI/PLAN SERVICE Ltda. em Guarulhos/SP. A operação de trânsito em questão estava amparada no MIC-DTA nº AR 227.900032 (fl.08) e nos CRT nº AR 227.900013 (f.10), AR 227.900014 (fl. 13 e AR 227.900015 (fl.16).

O demonstrativo de como a fiscalização chegou aos valores das exigências se encontra à fl. 04.

Lavrado o auto de infração em tela e intimada a autuada em 13/05/2002 (fl. 26) ela ingressou com a petição de fls. 28 a 37 por meio do qual procura demonstrar a exclusão de sua responsabilidade devido ao evento da força maior, ou seja, roubo que se procura provar através da Comunicação de Ocorrências de fls. 24.

Pede que se cancele a exigências em questão ou, alternativamente, se exclua da base de cálculo o valor de US\$ 2.592,00 (dois mil quinhentos e noventa e dois dólares) devido a que, no seu entender, o frete, isento de imposto, não se enquadra nas hipóteses de tributação, previstas no art. 89, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 91.030/1985.”

A Delegacia da Receita Federal de Julgamento em São Paulo julgou procedente o lançamento através do Acórdão DRJ/FNS N° 07-8.161, de 14 /07/2006, assim ementado:

“Ementa: FORÇA MAIOR

O entendimento da SRF é no sentido de que o roubo ou o furto de mercadoria importada não se caracteriza como evento de caso fortuito ou de força maior, para o efeito de exclusão de responsabilidade pelo pagamento dos tributos, tendo em vista não atender, cumulativamente, as condições de ausência de imputabilidade, de inevitabilidade e de irresistibilidade.

As normas de Valoração Aduaneira do GATT 1994, adotadas pelo Brasil em 31/12/1994 permitiram que a legislação de cada país signatário incluisse entre outros valores o custo do transporte externo. A legislação brasileira prevê a inclusão desse custo (transporte externo).

Lançamento Procedente em Parte."

Regularmente cientificada, em 15/08/2006, a Contribuinte interpôs, tempestivamente, Recurso Voluntário argumentando, em suma, o exposto a seguir:

- *Ilegitimidade Passiva: a exigência do imposto de importação deveria ser exigido do importador, na forma do regulamento aduaneiro;*
- *Inaplicabilidade da responsabilidade objetiva do imposto de importação, por roubo da carga e do veículo transportador: ocorrência de força maior, inexistência de culpa da transportadora;*
- *Multa de ofício de 75% indevidamente aplicada;*
- *Ilegalidade do Lançamento, frente aos tratados e as convenções internacionais, art. 98 do CTN;*

Instrui o Recurso Voluntário, dentre outros documentos, Relação de Bens e Direitos para Arrolamento(fls.80).

É o relatório.



Voto

Conselheira VANESSA ALBUQUERQUE VALENTE, Relatora

Por conter matéria deste E. Conselho e presentes os requisitos de admissibilidade, conheço do Recurso Voluntário, tempestivamente, interposto pelo Contribuinte.

Inicialmente, cumpre ressaltar, referida matéria recentemente foi objeto de outros julgados realizados nessa Casa. Nesse ponto, insta consignar, comungo com o entendimento do ilustre Conselheiro Tarásio quanto da aplicação de caso fortuito ou força maior, cujas razões acham-se estampadas no voto pelo mesmo proferido no Recurso No.137819, em que é recorrente ALESSANDRO TREVISAN SCHIMITZ e recorrida a DRJ/Florianópolis/SC, e que servem de supedâneo e fundamento do voto a seguir:

“Versa a lide, conforme relatado, acerca da responsabilidade de empresa transportadora por carga extraviada quando transportada em regime de trânsito aduaneiro.

É certo que o Regulamento Aduaneiro aprovado pelo Decreto 4.543, de 26 de dezembro de 2002, com as alterações introduzidas pelo Decreto 4.765, de 24 de junho de 2003, principalmente nos artigos 104 e 292, atribui ao transportador a responsabilidade fiscal pelo trânsito não concluído. Entretanto essa responsabilidade é subjetiva, senão vejamos:

- a) no caput do artigo 591 é imputada a quem lhe deu causa a responsabilidade pelo extravio de mercadorias; e*
- b) no caput do artigo 595 é concedida ao indicado como responsável a possibilidade de fazer prova de caso fortuito ou força maior para a exclusão de sua responsabilidade.*

In casu, alega a recorrente que o extravio se deu por roubo do veículo juntamente com as mercadorias que transportava e oferece como prova de sua alegação o registro da ocorrência em delegacia policial da Secretaria de Estado de Segurança Pública competente.

Na suficiência do registro da ocorrência para fazer prova do alegado roubo reside o primeiro conflito: assevera o auditor fiscal autuante que a exclusão da responsabilidade do transportador reclama prova da inexistência de nexos de causalidade entre a conduta dele e o fato ocorrido, afora assegurar a impossibilidade do roubo ser qualificado como caso fortuito ou força maior.

Creio relevante, buscar subsídios nos conceitos do Direito Penal.

Roubo, tipificado no artigo 157 do Código Penal, é crime com ação penal pública incondicionada, consoante inteligência do artigo 100 da norma citada. É, portanto, do Ministério Público a titularidade da ação

e obrigatória a sua proposição desde que atendidos os seus pressupostos, porquanto não permitida a transação, aplicável somente às infrações penais de menor potencial ofensivo.

Assim, diante do incontroverso registro da ocorrência promovido pelo transportador no órgão estatal competente para a instauração do inquérito policial e da vinculação do tipo penal com a ação penal pública, na qual o exercício do direito subjetivo de buscar o pronunciamento jurisdicional é do próprio Estado, entendendo contrária à razoabilidade a sumária desqualificação do registro da ocorrência policial como prova do alegado roubo.

Ademais, a comunicação falsa de crime é fato típico contido no artigo 340 do Código Penal e não consta dos autos sequer notícia de suspeição da ocorrência de comunicação falsa de crime patrocinada pelo transportador.

Por conseguinte, conluo ser bastante para comprovar o roubo o registro da ocorrência policial não refutada por denúncia de comunicação falsa de crime nem desqualificada por culpa da vítima.

A segunda controvérsia é o enquadramento de roubo dentre as hipóteses de caso fortuito ou força maior.

De Plácido e Silva¹ trata com simplicidade ambos os conceitos, a saber:

Caso fortuito:

É expressão especialmente usada, na linguagem jurídica, para indicar todo caso que acontece imprevisivelmente, atuado por uma força que não se pode evitar.

São, assim, todos os acidentes que ocorrem, sem que a vontade do homem os possa impedir ou sem que tenha ele participado, de qualquer maneira, para a sua efetivação.

Todos os casos, que se revelam por força maior, dizem-se casos fortuitos, porque fortuito, do latim fortuitus, de fors, quer dizer casual, acidental, ao azar.

No entanto, embora todos os casos de força maior, na técnica jurídica, mostrem semelhança com os casos fortuitos, a verdade é que certa diferença se anota entre eles, como razoavelmente pondera CUNHA GONÇALVES.

O caso fortuito é, no sentido exato de sua derivação (acaso, imprevisão, acidente), o caso que não se poderia prever e se mostra superior às forças ou vontade do homem, quando vem, para que seja evitado.

¹ SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**. Atual. por Nagib Slaibi Filho; Gláucia Carvalho. 2. ed. eletr. [Rio de Janeiro]: Forense, [entre 2000 e 2002]. 1 CD-ROM. Verbetes: caso fortuito, força maior.

O caso de força maior é o fato que se prevê ou é previsível, mas que não se pode, igualmente, evitar, visto que é mais forte que a vontade ou ação do homem.

Assim, ambos se caracterizam pela irresistibilidade. E se distinguem pela previsibilidade ou imprevisibilidade.

Legalmente são, entre nós, empregados como equivalentes. E a lei civil os define como o evento do fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir, assemelhando-os em virtude da invencibilidade, inevitabilidade ou irresistibilidade que os caracteriza.

Desse modo, caso fortuito ou de força maior, análogos pelos efeitos jurídicos e assemelhados pela impossibilidade de serem evitados, previstos ou não previstos, possuem sua característica na inevitabilidade, porque possíveis de se prever ou de não se prever, eles vieram, desde que nenhuma força os poderia impedir.

E daí, com justa razão, não se poder confundir o caso fortuito ou de força maior, com os casos impensados, os casos de imprevidência, os casos de negligência, os casos de imprudência ou de imperícia.

Estes vieram pelas circunstâncias que os determinaram. Eram casos evitáveis pela ação ou pela vontade do homem.

Os casos fortuitos e de força maior são superiores às forças do homem e à sua vontade, ao passo que os casos de outras espécies se mostram ação de quem os praticou ou se convertem em efeito, em função das causas: negligência, imprudência, imperícia, etc.

Por princípio, ninguém responde pelos casos fortuitos e de força maior, pois que, inevitáveis por natureza e essência, aconteceram porque tinham que acontecer.

Entre muitos, se consideram casos fortuitos e de força maior: as tempestades, as borrascas, as enchentes, os terremotos, as guerras, as revoluções, os naufrágios, ou quaisquer outros acontecimentos, assim, imprevisíveis ou previsíveis, mas inevitáveis.

Força maior:

Assim se diz em relação ao poder ou à razão mais forte, decorrente da irresistibilidade do fato, que, por sua influência, veio impedir a realização de outro, ou modificar o cumprimento de obrigação, a que se estava sujeito.

Na técnica jurídica, força maior e caso fortuito possuem efeitos análogos.

dp

Qualquer distinção havida entre eles, conseqüente da violência do fato ou da casualidade dele, não importa na técnica do Direito. Somente importa que, um ou outro, justificadamente, tenham tornado impossível, pelo fato estranho à vontade da pessoa, o cumprimento da obrigação contratual. Ou, por eles, não se tenha possibilitado ou evitado a prática de certo ato, de que se procura fazer gerar uma obrigação.

Força maior, pois, é a razão de ordem superior, justificativa do inadimplemento da obrigação ou da responsabilidade, que se quer atribuir a outrem, por ato imperioso que veio sem ser por ele querido. [Grifos do relator]

Para confrontar os conceitos de De Plácido e Silva com o roubo praticado nas principais metrópoles brasileiras, duas características desse delito são relevantes: a previsibilidade, em função da frequência²; e a irresistibilidade, pela própria definição do tipo penal³. Dada a previsibilidade, fica afastada a hipótese de caso fortuito, mas a irresistibilidade o vincula à outra excludente de responsabilidade: força maior.

Nada obstante a forma didática com que os conceitos são expostos por De Plácido e Silva, o enquadramento de roubo dentre as hipóteses de força maior é tema por demais polêmico. Para pacificar o entendimento no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, a Segunda Seção daquela Corte enfrentou a matéria no dia 9 de outubro de 2002, no julgamento do Recurso Especial 435.865-RJ.

A despeito de tratar da responsabilidade civil de empresa do ramo de transporte coletivo de passageiros em decorrência de assalto à mão armada ocorrido no interior de veículo de sua frota urbana, o julgado da Segunda Seção do STJ uniformizou a jurisprudência⁴ das Turmas Terceira e Quarta quanto à aceitação do roubo como motivo de força maior para isentar de responsabilidade a empresa transportadora.

Filio-me, portanto, à corrente doutrinária de De Plácido e Silva alinhada com a jurisprudência uniforme do STJ para considerar

² Frequência: fato notório amplamente divulgado pelos grandes veículos de comunicação.

³ Código Penal, [Roubo] artigo 157, *caput*: “Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência”.

⁴ Ver Recurso Especial 433.738-SP, de 12 de novembro de 2002.

motivo de força maior, excludente da responsabilidade da empresa transportadora, o roubo de carga sob sua guarda.”

Pelas mesmas razões acima, voto no sentido de DAR PROVIMENTO ao Recurso Voluntário interposto, por entender que se constitui em motivo de força maior, excludente da responsabilidade da transportadora, o roubo de carga sob sua guarda, sendo suficiente para comprovar o roubo o registro da ocorrência policial não refutada por denúncia de comunicação falsa de crime nem desqualificada por culpa da vítima.

É COMO VOTO.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 2008


VANESSA ALBUQUERQUE VALENTE - Relatora